

ANEXO II
TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO: Contratação de empresa para manutenção corretiva no Ônibus VW 18310, ano/modelo 2005, com fornecimento de peças, conforme especificações e quantidades constantes no anexo deste termo.

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO:

O presente Termo de Referência tem por objeto a futura contratação de empresa para manutenção corretiva no Ônibus VW 18310, ano/modelo 2005, com fornecimento de peças.

O objeto desta contratação é caracterizado como comum, conforme justificativa descrita no Estudo Técnico Preliminar.

JUSTIFICATIVA:

a) A contratação de empresa especializada para os serviços acima citados é essencial para que o veículo pertencente à frota municipal esteja em condições de realizar o transporte de pessoas, satisfazendo as expectativas de eficiência, conforto e segurança, bem como para garantir o prolongamento da vida útil do mesmo.

b) O objeto deste termo refere-se à manutenção corretiva, destinando-se a manter e restabelecer o veículo ao seu perfeito estado, mediante a substituição de peças que danificadas, gastas ou defeituosas para proporcionar o restabelecimento das condições do veículo, conforme os serviços especificados no estudo técnico preliminar.

RESULTADOS ESPERADOS:

Busca-se com esta contratação promover a manutenção corretiva do veículo Ônibus VW 18310.

A manutenção do veículo supramencionado promoverá a proteção física dos condutores e passageiros, de modo a trazer maior confiabilidade e segurança do automóvel durante os deslocamentos a serviço.

CICLO DE VIDA DO OBJETO:

A solução pretendida abrange o Contratação de empresa para prestação de serviços, pessoa jurídica para celebração de contrato para manutenção corretiva, mão-de-obra com fornecimento de peças, componentes e acessórios, bem como, serviços de remoção do veículo a onde ele se encontra para a execução do mesmo.

A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

SUBCONTRATAÇÃO:

Fica vedado ceder ou transferir, no todo ou em parte, os direitos e obrigações do objeto contratado.

DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS:

Será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio.

DA CONTRATAÇÃO/PRESTAÇÃO:

Por lote. Definidas no Estudo Técnico Preliminar.

SOLICITAÇÃO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

A contratante convocará a contratada para executar os serviços, objeto da licitação, após a assinatura do contrato.

O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

A Contratada deverá dar início à execução dos serviços em até 05 (cinco) dias após o recebimento da ordem de serviços (pedido de compra).

A convocação poderá ser enviada à contratada via Correio eletrônico (e-mail).

ESTRATÉGIAS DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO CONTRATADO:

A CONTRATADA deverá iniciar a prestação de serviços após o recebimento da ordem de execução de serviços e concluí-los em até 20 (vinte) dias.

Os serviços deverão ser prestados com qualidade, devendo o licitante vencedor cumprir integralmente todas as normas técnicas vigentes.

As peças deverão ser novas e originais ou de primeira linha de qualidade, não podendo em hipótese alguma ser peças usadas ou recondicionadas.

A empresa contratada deverá fornecer todo material necessário e dispor de todas as ferramentas, equipamentos e materiais necessários ao tipo de serviço a ser realizado.

A empresa contratada deverá arcar com todas as despesas de transporte para retirar o ônibus do local em que ele se encontra parado e levá-lo até o endereço em que os serviços serão prestados, bem como, desmontagem e montagem dos componentes do mesmo, sem qualquer ônus para a Administração.

O veículo se encontra parado na empresa “TREVO DIESEL BEBEDOURO - BOMBAS E BICOS INJETORES” com os componentes desmontados, necessitando assim, de ser transportado através de guincho.

A contratada deverá garantir, no mínimo, 06 (seis) meses de garantia referente aos serviços contratados.

A vencedora deverá dispor de local apropriado para guarda o veículo com total segurança, enquanto estiverem sob a responsabilidade da empresa.

A contratada deverá assumir todas as responsabilidades de tráfego (multas, estacionamento, taxas, etc.), seja qual for, desde que praticada por seus empregados e ocorrer quando o veículo estiver sob a responsabilidade da empresa, inclusive no transporte do veículo até o local onde será realizada a prestação dos serviços

CANCELAMENTO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PELA CONTRATANTE:

Caso haja necessidade de cancelamento da execução dos serviços, sua solicitação deverá ser devidamente justificada.

GESTÃO DO CONTRATO:

A prefeitura poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato a prefeitura deverá convocar seus representantes para apresentação do plano de fiscalização, o qual conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis pela inobservância ou inexecução do contrato.

O Gestor do contrato será o mecânico municipal, o Sr. Francisco Carlos Borconaro, e o Responsável Pela Garagem Municipal, o Sr. João Paulo Vendraine os quais irão acompanhar a execução e a fiscalização, prestando subsídios necessários para execução dos serviços.

VIGÊNCIA DO CONTRATO:

O contrato terá vigência de 06 (seis) meses, podendo encerrar-se antes desde que cumpridas todas as obrigações.

DA GARANTIA DOS SERVIÇOS:

Os serviços executados deverão ser garantidos contra defeito de montagem, instalação e peças pelo período mínimo de 06 (seis) meses.

A garantia dos serviços deverá ser cumprida, mesmo após o término do contrato

ACEITAÇÃO DO OBJETO:

Os serviços serão recebidos provisoriamente pelo Responsável da Garagem e pelo Mecânico Municipal, após verificar todos os cumprimentos e exigências legais

O contratante realizará inspeção dos serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

O Contratado fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de 10 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 dias, contados do recebimento provisório, pelo servidor designado, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado.

PRAZO DE FATURAMENTO/PAGAMENTO:

O pagamento do preço ajustado será efetuado, por depósito bancário na conta da **CONTRATADA**, em até 30 (trinta) dias, contados da data de entrega do relatório de execução dos serviços, que será apresentado com a respectiva nota fiscal eletrônica/fatura e aprovação do gestor do contrato.

A empresa contratada deverá emitir o documento fiscal conforme legislação vigente.

Se houver alguma incorreção no documento fiscal e/ou na documentação que o acompanha, o mesmo será devolvido para a devida correção e o prazo constante do subitem anterior será contado a partir do atestado do documento fiscal reapresentado.

O documento fiscal atestado pelo fiscal ou gestor do contrato deverá ser enviado imediatamente, ao setor competente para pagamento, juntamente com o Relatório de Desempenho do Fornecedor.

FORMA DE PAGAMENTO:

O pagamento será processado com a emissão de ordem de pagamento física ou eletrônica, ou ainda por transferência eletrônica via sistema de internet banking, com assinaturas legais físicas ou eletrônicas dos titulares das contas bancárias.

A retenção do imposto de renda deverá ser destacada no corpo do documento fiscal ou equivalente observando os percentuais.

As empresas optantes pelo Simples Nacional ou que se enquadrem em alguma hipótese de isenção ou não incidência deverão informar essa condição expressamente nos documentos fiscais.

FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA:

A empresa será selecionada por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor valor global por lote, observadas as exigências deste termo de referência.

EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO:

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

HABILITAÇÃO JURÍDICA:

Registro Comercial, no caso de empresa individual;

Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA:

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Prova de Regularidade junto à Fazenda Estadual, tanto dos Débitos Inscritos quanto os Débitos ainda Não Inscritos, na Dívida Ativa do Estado.

Prova de Regularidade referente a Débitos Federais, inclusive com a Dívida Ativa e Contribuições Federais e a Seguridade Social.

Prova de Regularidade referente à Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante.

Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

HABILITAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

Registro ou inscrição na entidade profissional competente (Junta Comercial).

HABILITAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.

Escrituração digital ECD-SPED, nos casos especificados em edital.

A Capacidade Financeira representada pelo Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais comprovada por índices definidos no edital.

AO MENOS A SEGUINTE DECLARAÇÃO COMPLEMENTAR:

Declaração dos Requisitos de Habilitação.

Declaração de Idoneidade.

Declaração de cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, como condição de participação.

Declaração de Cumprimento do Disposto no Inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal.

CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA:

A proposta deverá ser apresentada, por meio eletrônico, em uma via, com suas páginas numeradas e rubricadas, e a última assinada pelo representante legal do licitante, sem emendas, acréscimos, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões.

A proposta de preços deverá conter:

Razão social, n.º do CNPJ, endereço, telefone e endereço eletrônico da empresa;

Modalidade e número da licitação;

Especificação do objeto licitado, conforme edital e anexos;

Valor global por item, discriminando o preço unitário e total dos itens que o compõe;

Os valores unitários e totais devem ser apresentados em moeda nacional e em algarismo com no máximo 02 (duas) casas decimais após a vírgula.

O valor global por item deve ser apresentado em moeda nacional, em algarismo e por extenso, com no máximo 02 (duas) casas decimais após a vírgula.

Quando a divisão do valor total/global pela quantidade licitada resultar em valor com mais de 02 (duas) casas decimais, o valor unitário deverá ser adequado ao limite de duas casas decimais.

Validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias contados da assinatura.

Local, data e assinatura do representante legal da empresa licitante.

Será facultado à contratante, quando necessário, exigir da licitante comprovação da exequibilidade da proposta ofertada.

O critério para aceitabilidade da proposta será o de menor valor global por item.

DAS OBRIGAÇÕES MÍNIMAS DO CONTRATADO

Responsabilizar-se integralmente, pelos serviços contratados, nos termos das cláusulas deste contrato e a legislação vigente;

Designar prepostos para atendimento de possíveis ocorrências e fiscalização durante a execução deste contrato;

Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização realizada pelo mecânico, em seu acompanhamento;

Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de licitação;

Realizar integralmente os serviços, com rigorosa observância das diretrizes, do edital, estudo técnico preliminar, termo de referência, proposta e demais elementos técnicos fornecidos pelo **CONTRATANTE**, bem como refazer ou corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços executados com erros, defeitos ou imperfeições técnicas, quer sejam decorrentes da sua execução como das peças empregadas;

Fornecer ao **CONTRATANTE**, sempre que solicitados, todas as informações e dados técnicos necessários, bem como atender prontamente às reclamações sobre seus serviços;

DAS OBRIGAÇÕES MÍNIMAS DO CONTRATANTE:

Exercer a mais ampla fiscalização e supervisão dos trabalhos referentes ao objeto licitado, sem prejuízo da responsabilidade da empresa CONTRATADA, designando para o mecânico da Prefeitura, aos quais caberá acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências e determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

A fiscalização municipal terá acesso a todas as etapas e dependências referentes às operações de execução do objeto licitado, cabendo-lhe, ainda agir e decidir soberanamente perante a **CONTRATADA**, acerca do objeto licitado, inclusive, rejeitando os trabalhos que estiverem em desacordo com edital, proposta;

A fiscalização dos serviços pela Administração não exonera nem diminui a completa responsabilidade da **CONTRATADA** por qualquer inobservância ou omissão às cláusulas contratuais e da legislação vigente, cabendo-lhe reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

Expedir a Ordem de Execução de Serviços, após a assinatura do presente contrato, para efeito de determinação da data de início da execução dos serviços;

Efetuar o pagamento, devido à empresa CONTRATADA;

Facilitar, por todos os meios, o cumprimento das obrigações da empresa CONTRATADA, dando-lhe acesso às suas instalações, promovendo o bom entendimento entre os servidores públicos e os seus empregados, assim como cumprindo todas as obrigações estabelecidas neste contrato;

Prestar aos empregados da CONTRATADA informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados e que digam respeito à natureza dos serviços contratados;

Cobrar da CONTRATADA que se apliquem as medidas preventivas e corretivas determinadas nos regulamentos disciplinares de segurança do trabalho.

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência do contratado, sujeitando-o às penalidades previstas no Regulamento Interno de Licitações e Contratos e demais normas atinentes, sem prejuízo de eventual responsabilidade civil e criminal.

O licitante ou o contratado, será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

Dar causa à inexecução total do contrato;

Deixar de entregar a documentação exigida;

Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

Apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

Praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

A prática de atos ilícitos sujeita o infrator à aplicação das seguintes sanções

Administrativas:

Advertência;

Multa;

Impedimento de licitar e contratar;

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

A execução do contrato, bem assim os casos nele omissos, regulam-se pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhes, supletivamente, os princípios de teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma da legislação vigente.